

Desafios do Feminismo Socialista: a propósito de «Women and the politics of class» de Johanna Brenner. New York: Ed. Monthly Review.

Eunice Macedo

Universidade do Porto

Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Professora e coordenadora do «Women's Studies» na Portland State University, pensadora feminista e activista socialista que tem lutado, há longa data, em prol dos direitos reprodutivos e de bem-estar, Johanna Brenner desafia-nos a repensar articulações entre género, raça, etnia, nacionalidade e as políticas de classe, permitindo novas reflexões e reforçando a pertinência de um Feminismo Socialista num mundo pós-comunista. De dar relevo à sua proposta de movimentação estratégica nas políticas feministas em torno do enfoque nos interesses das mulheres das classes trabalhadoras.

Esta obra, influenciada pelo recrudescer do trabalho intelectual feminista nas últimas décadas, atravessa um período de 16 anos de «mudança nas conjunturas políticas e nas correntes intelectuais das décadas de 1980 e 1990» (Brenner, 2000: 7), sendo desenvolvida no quadro das transformações políticas e económicas globais e nos EUA. A autora toma referência do Reaganismo, da contestação ao conservadorismo, da forte presença dos movimentos sociais na cena política e da, posterior, queda do mundo comunista; da derrota das acções revolucionárias na América Central e da «hegemonia clara do discurso e política conservadores nos EUA [que] parecia tornar irrelevantes as políticas radicais – e, certamente qualquer discussão de um sujeito revolucionário» (*ibidem*: 8), como instâncias que viriam a justificar, já nos anos 2000, uma maior procura pelas classes trabalhadoras de respostas colectivas face ao poder corporativo global, as quais justificam, por sua vez, a pertinência e actualidade de um projecto Feminista Socialista.

Fazendo o atravessamento de questões pertinentes para o(s) feminismo(s) actuais como o direito à interrupção voluntária da gravidez, as tecnologias reprodutivas, valorização e reconhecimento, empobrecimento das mulheres, a crise do cuidar e a redução da protecção estatal, face à sua reforma e aos cortes orçamentais, em sociedades baseadas nos imperativos dos princípios da acumulação capitalista, Johanna Brenner desafia as análises mais tradicionais do marxismo e do feminismo para propor um feminismo embebido dos ideais anticapitalistas e enquadrado nas políticas socialistas. Assim, confronta as possibilidades e limites do feminismo, destacando as suas lutas contra a dominação masculina nas sociedades capitalistas industriais, para argumentar em favor de novas formas de organização que se ajustem às necessidades actuais. Nesta perspectiva, rejeita os argumentos funcionalistas que explicam o funcionamento das instituições em

função do modo como colaboram para defender os interesses capitalistas e assume a transversalidade das questões económicas e do mundo do trabalho. Afirma, com Marx, que as «relações sociais de produção – as relações de classe – constroem e modelam a política, a vida social, a cultura, a vida pessoal e muito mais» (*ibidem*: 2). Assume pois a inter-relação dessas relações de classe com a vida familiar e a sexualidade, avocando que as transformações libertadoras a diferentes níveis são complementares e essenciais para a construção do mundo mais igualitário e democrático, ideado pelo socialismo.

A obra está estruturada em 3 partes, organizadas num conjunto de capítulos relacionados. O primeiro capítulo «Rethinking Women's Oppression», da 1.ª parte – «Toward a Historical Sociology of Gender», é elaborado com Maria Ramas. É feita a desconstrução dos argumentos de Michèle Barrett em «Women's Oppression Today» a qual procura sistematizar os debates da análise Feminista Marxista, propondo a articulação entre a opressão das mulheres e a exploração de classe, no capitalismo. As autoras identificam duas questões fundamentais que informam os debates Feministas Marxistas dos anos 1970 e 1980 que, de modo pertinente, consideram necessário discutir: a forma como, nesses debates, a opressão das mulheres é construída como independente da produção capitalista em geral e a localização dessa opressão ao nível da ideologia. Torna-se, pois, clara a necessidade de reconhecer a especificidade das lutas das mulheres, ultrapassando as estratégias políticas que reduzem as suas lutas pela libertação às lutas de classe. Reconhecendo o valor das perspectivas feministas marxistas que utilizam o conceito de patriarcado, pela sua tentativa de incorporar a questão do poder masculino na análise de classe, as autoras interrogam, no entanto, uma concepção dual, que considera um sistema que governa a produção e outro que governa a reprodução. É nesta base que é dada uma perspectiva de questões como a posição das mulheres nos sindicatos, as leis de protecção às mulheres, as bases materiais do sistema familiar, a reprodução biológica e a estrutura de classe, as bases de classe da fertilidade, a divisão sexual do trabalho e os diferenciais salariais na produção capitalista, a posição das mulheres no estado de providência, e o papel da ideologia de género.

Argumenta-se que as relações de classe na produção capitalista, de par com as questões biológicas da reprodução, criaram uma dinâmica forte para o sistema familiar, assegurando a subordinação continuada das mulheres e a sua forte vulnerabilidade à exploração capitalista. Assim, tendo a opressão das mulheres resultado desta combinação, os movimentos auto-organizativos das mulheres têm um papel crucial na luta política contra a privatização da reprodução e do trabalho de cuidar e a persistência da divisão sexual do trabalho e das desigualdades de género. Nesse quadro, sendo as divisões de género produzidas por um equilíbrio de forças complexo na história do capitalismo e não mero resultado das relações de produção capitalista, a alteração das posições das mulheres trabalhadoras depende da alteração das suas posições noutros contextos e de uma res-

ponsabilização colectiva pelo cuidar. Essa mudança depende, também, da capacidade dos movimentos feministas incluírem a visão de género nas lutas das classes trabalhadoras.

No segundo capítulo «Gender and the State», com Barbara Laslett, é discutida a inter-relação entre as questões de género e o estado, nos EUA, mostrando-se a relação entre diferentes períodos do capitalismo e a mudança na organização da reprodução social e nos níveis de organização e mobilização política das mulheres das classes média e trabalhadora. Argumenta-se que a responsabilidade diária na reprodução social moldou a sua capacidade de se organizar e intervir em períodos cruciais de contestação da política do estado: a Era Progressiva, os anos 30 e os anos 60/70. Entende-se, de forma bastante abrangente e complexificante que a «reprodução social» ganha corpo nas

«actividades e atitudes, comportamentos e emoções, responsabilidades e relações directamente envolvidas na manutenção da vida numa base diária e intergeracional (...) com o objectivo de providenciar os meios definidos como histórica, social e também biologicamente necessários para manter o consumo, o modo como a manutenção e socialização das crianças são conseguidas, como os cuidados com os idosos e enfermos são providenciados e como a sexualidade é socialmente construída» (2000: 61-62).

O estado é situado como arena de contestação e luta entre grupos com interesses diversos mas também como constrangido pelo poder de classe capitalista. Este influencia políticos e partidos na tomada de decisão e através das estruturas competitivas que dividem o mundo do trabalho e através da dependência do estado em relação à prosperidade da economia que depende da decisão capitalista sobre o investimento e a produção.

É nestes pressupostos e influenciado por preocupações de «raça» e classe social que assenta o debate acerca do género e da reprodução social, e também da auto-organização política das mulheres, levado a cabo neste capítulo em que se argumenta que o desenvolvimento da política do estado de providência resulta do conflito político e de intervenções políticas que incluem a acção colectiva das mulheres, embora constrangidos historicamente por estruturas de género e de classe. Desse modo se a organização da reprodução social e a divisão genderizada do trabalho trouxeram limites a essa acção também providenciaram espaços para a auto-organização das mulheres. Retomando argumentos desenvolvidos no capítulo anterior, afirma-se a necessidade de uma teoria de sistema unívoca e compreensiva que assente no reconhecimento de que produção e reprodução social são domínios de um processo integrado de reprodução da espécie, em oposição a um sistema dual (capitalismo-patriarcado). Note-se que as mudanças na organização da reprodução social, cruciais na presença/ausência de auto-organizações de mulheres nos EUA do século XX se relacionaram com mudanças qualitativas na economia capitalista como o aumento do capitalismo corporativo, a produção e o consumo de massas, o desenvolvimento de firmas multinacionais,

a disseminação da escola e do consumo de massas e a consequente procura de mão de obra feminina, no pós-guerra. Por exemplo, as mulheres brancas de classe média organizaram-se em torno de uma política maternalista ajudando à institucionalização de uma família nuclear de pai provedor. As diferenças na acção política das Afro-Americanas e das mulheres brancas de classe média reflectem a diferença de solicitações e possibilidades, pois as primeiras não podiam suportar-se nas estratégias de mobilidade social individuais disponíveis às mulheres brancas. Por outro lado, a divisão genderizada do trabalho diminuía a capacidade das trabalhadoras se organizarem, reduzindo a sua capacidade para desafiar os homens da classe trabalhadora e as mulheres da classe média que dominavam os movimentos políticos.

«Gender and class in US labor history» conclui esta parte da obra, focando o debate nas articulações entre género e classe social, na história do trabalho nos EUA, cujas tensões se podem extrapolar para outros contextos. É retomada a questão da auto-organização das mulheres das classes trabalhadoras e das escolhas estratégicas dos homens do mesmo grupo, em torno de relações complexas entre a defesa dos seus interesses, emoções e identidades genderizados. Entre homens e mulheres evidenciam-se relações solidárias e de interdependência. Na competitividade do mercado de trabalho e no dia a dia reproduzem-se as divisões raciais/étnicas existentes, reflectindo os relativos privilégios dos brancos, em resposta a condições materiais de vida diversas e nas quais uns e outras definem as suas identidades de género, os seus interesses e necessidades.

Procurando desenvolver «uma teoria e uma política das classes trabalhadoras que incorpore a luta contra todas as formas de opressão» (Brenner, 2000: 83), numa linha que lembra a teorização de Iris Young sobre a articulação das diferentes formas de opressão, e realçando o modo como as questões de classe têm derogado as questões de género, contribuindo para a exclusão das mulheres, a autora interroga a relação entre as «condições materiais» e a «identidade»; o papel da cultura, dos discursos, da sexualidade e das emoções na modelação das respostas das pessoas às suas condições materiais e, ainda, o modo como as diversas formas de consciência de classe se relacionam com outras identidades e afiliações. Partindo destas questões, são analisados problemas cruciais para a agenda feminista actual como as relações de poder entre empresários e assalariados, entre homens e mulheres das classes trabalhadoras, em vários contextos, sendo proposta uma compreensão dos seus projectos de sobrevivência, das estratégias sectoriais e da competição do mercado, das divisões de género no trabalho e das escolhas estratégicas de trabalhadores mais privilegiados, e ainda, das políticas de luta e dos discursos de género e das suas implicações para o presente. Tendo havido alteração nas relações de conflito e de solidariedade entre mulheres e homens pois, não tendo sido ultrapassada a questão do direito de pertença das mulheres aos sindicatos nem as suas capacidades, a sua presença e liderança tem aumentado resultando na introdução de reivindicações como valor igual, políticas contra o assédio sexual, direito de tomada de posição sobre o aborto e os

direitos das e dos homossexuais. Esta acção é, no entanto, esmagada pelo desrespeito generalizado pelos direitos das/dos trabalhadores, pelo menor investimento nos sindicatos e pela atitude defensiva destes em termos políticos e económicos. Torna-se importante questionar se as instituições de luta das classes trabalhadoras virão a adoptar estratégias políticas inclusivas em termos de raça e género – já que permanecem irresolúveis questões como dupla tarefa, salários baixos e insegurança no emprego das mulheres. Havendo uma forte relação entre a possível acção dos sindicatos e a auto-organização política de grupos marginalizados – num mercado altamente competitivo – a ordem de género tradicional foi alterada pela redução do leque salarial dos homens, pela insegurança económica e pela diminuição da protecção do estado. Assim, cabe às mulheres utilizar recursos políticos para forçar os homens a redefinir a sua masculinidade em termos mais igualitários, tendo ambos que encontrar soluções colectivas que equacionem as políticas de identidade e de classe.

Na segunda parte – «Women and Social Policy» – Johanna Brenner discute as questões da feminização da pobreza e do valor comparável no discurso político feminista, bem como as políticas de reforma do estado de providência, cujo debate procura re-situar. Assim, contrasta diferentes abordagens tácticas e traça as linhas de uma estratégia socialista, dando relevo aos contributos das pensadoras feministas socialistas que colocaram na agenda política as preocupações das mulheres trabalhadoras e de cor. Argumenta que um enquadramento radical deverá contestar as políticas liberais e desafiar tanto a hierarquização do trabalho como a privatização do cuidar, sustentando-se numa linguagem de direitos que transcenda os padrões meritocráticos e abranja o direito a uma ocupação que proporcione tanto realização pessoal como o reconhecimento.

A análise do discurso liberal sobre a igualdade, também desenvolvida, sustenta-se na desconstrução de dois pressupostos fundamentais: i) o modo de organização de funções sociais de governação, educação, produção de serviços, bens e conhecimento, de atribuição de recursos e de tempo de trabalho e, ainda, ii) a questão da dependência – situada na esfera privada, já que a noção de contrato económico ou de cidadão não comporta o indivíduo dependente – e da separação entre público e privado, centrados em princípios individualistas, meritocráticos e hierárquicos e numa ideia de cidadão masculino. Estes argumentos, trazem algo da teorização de Ruth Lister (1997) sobre as mesmas questões, em *Citizenship: Feminist Perspectives*. Johanna Brenner argumenta, ainda, que a competição distorce e estreita o pensamento, levando um sofrimento maximizado aos que estão nas posições mais baixas. Assim, propõe a tomada de decisão e a responsabilização colectiva como alternativas de organização social e, no campo do trabalho, por exemplo, o ajustamento dos salários das mulheres ao nível do valor intrínseco do seu trabalho, à luz das propostas de alguns sindicatos. Esta estratégia do «valor comparável» não é isenta de conflito, podendo gerar divisões das mulheres entre si e com os seus pares masculinos. Desse modo, a reclamação de equidade deverá

estar atenta à actual subvalorização do trabalho feminino e à forte diferença entre os salários das profissões de gestão e das de carácter mais manual que ocupam muitas mulheres.

Em «The Politics of Welfare Reform» a autora discute perspectivas teóricas acerca das políticas do estado, estabelece articulações entre género e classe no desenvolvimento da política de bem-estar e na emergência do consenso quanto à reforma do estado de bem-estar, analisando também perspectivas feministas face a essa reforma. Procurando ir para além do debate, *tratamento igual versus diferenciado* e reconhecendo a dificuldade de propor reformas do estado exequíveis e emancipatórias que libertem as mulheres da pobreza, Brenner argumenta em favor de políticas de protecção às mães trabalhadoras que permitam combinar trabalho e parentalidade. Essa política deverá ser sustentada numa relação de reconhecimento pelo próprio estado, em alternativa à tendência de remeter as mulheres para o espaço privado do cuidar, mediante apoio financeiro. Uma política deste tipo facilitaria, no dizer da autora, não só as alianças das mulheres e a sua participação como cidadãs nos sindicatos e outras organizações, como permitiria a não estigmatização das famílias dependentes, e desviaria as mulheres do seu posicionamento como sustentáculo silencioso da vida social, implementando o seu direito de realização pessoal e de exercício de uma profissionalidade compensatória.

«Welfare Reform: reframing the debate» adquire um carácter explicitativo do que poderiam ser as reformas do estado, dando corpo a um reposicionamento em torno de três estratégias que desafiam as lógicas do capitalismo contemporâneo. Estas são sustentadas em princípios de justiça e articuladas com as realidades dos pais/mães das classes trabalhadoras, podendo ter resultados a longo prazo. Consistem na garantia de acesso das mães solteiras a empregos que garantam a sua subsistência e a dos filhos, promovendo articulações originais entre o social e o económico em vez de afirmarem a dependência do estado de providência. Desafia-se, deste modo, o mito da necessidade de auto-suficiência das famílias que, em contrapartida, deverão poder contar com políticas governamentais não estigmatizantes e com regras de atribuição de subsídios que articulem as leis federais de provisão com as leis dos diferentes estados.

A terceira parte da obra em referência é dedicada à discussão das novas políticas da família, à luz da experiência da autora como activista dos direitos reprodutivos. É feita a oposição dialéctica entre o Feminismo Socialista e o Conservadorismo Comunitarista em torno de questões como igualdade e compromisso, individualismo e solidariedade, liberdade sexual e intimidade, cuidar, público e privado, família e estado, e família como *locus* de resistência, aborto e direitos das mulheres. É apresentada uma estratégia feminista-socialista que rejeita «a contraposição de uma «política de direitos» a uma “política de necessidades”» (Brenner, 2000: 180) e propõe uma reformulação da definição e da argumentação desses direitos e o enfoque na conciliação entre autonomia individual e

comunidade. Argumenta-se pela definição de uma política que permita ultrapassar o dilema do «sacrifício de uma necessidade humana para preencher outra» (*ibidem*) e que prefigure a reapropriação do «controlo» e da «escolha», uma política que «ênfatize as mudanças sociais e económicas necessárias para providenciar às mulheres controlo e escolha reais» (*ibidem*) e que assente na participação das mulheres numa vida pública desafiante, compensadora e democrática.

Concluindo esta parte, debatem-se conceitos estruturantes como *democracia*, *comunidade* e *cuidar* numa perspectiva de luta contra a opressão. Sendo feita a revisão breve de algumas perspectivas feministas neste campo, e referido o papel dos movimentos comunitários, de homossexuais e de lésbicas, das feministas negras e das comunidades prefigurativas na defesa dos ideais socialistas, como modo de rebelião contra as «grandes narrativas» e como tentativa de imaginar tipos diferentes de comunidade. A autora argumenta em favor do «valor das interdependências “escolhidas” (amizade, comunidade intencional)» (*ibidem*: 191) que transcendam o grau da aceitação e assentem no direito de escolha. É nesse quadro que reafirma a necessidade de ressignificar *família* e *comunidade* de modo a incorporar novas modalidades relacionais, não apenas como direito democrático de expressão da sexualidade mas como reconhecimento das «bases sexuais/eróticas da relação humana», ideia que desafia o conservadorismo tradicional e a «des-sублиmação repressiva» da ordem sexual contemporânea (*ibidem*). No que se refere a uma ética do cuidar a autora, como já fez, reclama a necessidade de recriar a comunidade e reconstruir as infra-estruturas do cuidar de forma a não sobrecarregar as mulheres, propondo um investimento público ao nível da criação de oferta de serviços nesta área e a criação de redes entre fornecedores e utentes dos serviços, numa perspectiva de democratização das escolas públicas, dos centros de dia, dos centros comunitários... assente em ideias de acção local participada e de cooperação e na coexistência de uma vida pessoal compensatória com um espaço público democrático.

O questionamento das políticas de classe e a proposta de uma estratégia feminista têm lugar na quarta parte desta obra «Class Politics and Feminist Strategies», estruturada em torno das lutas e desafios políticos da história mais recente dos movimentos de mulheres. Em «Meeting de Challenge of the Political Right» a autora explicita o modo como as alterações na economia capitalista deram vez, nos anos 1960, à emergência do feminismo, nos anos 1970 e 1980, à sua disseminação e institucionalização e nos anos 1990 ao seu impasse. Estabelece, ainda, o modo como o feminismo da 2.^a vaga concluiu o desmantelamento do sistema institucionalizado de exclusão das mulheres da vida económica e política, reflectindo sobre o modo como esta situação beneficiou as mulheres de classe média e alta, em detrimento das mulheres trabalhadoras.

No 10.^o capítulo «The Best of Times, the Worst of Times: US Feminism Today», é feita uma abordagem complexificante a feminismos da 1.^a e 2.^a vagas e a desafios que lhes foram sendo postos. Esta revisão culmina com uma avaliação das possibilidades para um feminismo multirreferencial de 3.^a vaga que se pre-

tende que transcenda as visões políticas, difundidas ao nível mundial. Propõe-se uma política feminista que

«combine os momentos libertadores (a reivindicação da auto-expressão individual, a autodeterminação, e a participação democrática) dos movimentos para a inclusão democrática (feminismo, direitos civis, direitos de gays/lésbicas) com as novas lutas pelas necessidades materiais (cuidados de saúde, cuidados para a infância e licença parental paga,...)» no quadro de uma visão radicalmente democrática (*ibidem*: 271-272).

Esta obra é brilhantemente concluída com uma análise das intersecções, localizações e relações capitalistas de classe, numa perspectiva marxista da intersecção. Para isso, a autora toma das feministas negras o conceito de «intersecção», entendido como estratégia de análise da múltipla articulação das relações de poder definidas pelas dimensões de «raça», género, classe e sexualidade, entre outros eixos de dominação. É neste ponto culminante do trabalho que Johanna Brenner incorpora mais seriamente a análise de «raça» na sua discussão de classe e género. Por um lado, focaliza o modo como a localização de classe define um acesso diferenciado a ocupações, bens materiais e não materiais – centrando-se nos modos como as diferenças de classe funcionaram tanto como estímulo para alianças quer como fontes de conflito entre as mulheres negras e, ainda, no modo como situações de classe similares em mulheres de localizações étnicas diferentes enformam as suas experiências e identidades de género. Por outro lado, analisando a *classe* a um nível mais sistémico, explora-se o modo como os poderes e dinâmicas da economia capitalista constroem as perspectivas políticas dos movimentos do feminismo negro pelos direitos civis e do movimento feminista.

A asserção ecoante da premência de ligação solidária entre os diferentes grupos de contrapoder em torno do desafio poderoso ao capital, explicitada de forma mais evidente no final deste trabalho, permite compreender a opção recorrente da autora, de propor uma análise multirreferencial e finamente contextualizada em que se procurou incorporar as visões e contributos dos diferentes grupos e conglomerar experiências oriundas de diferentes localizações. É no decurso de toda a obra que, assim, se define a necessidade de a luta «contra o capital» ser estabelecida no quadro de um movimento multicolorido, que aglomere os movimentos feministas, movimentos pela justiça social e movimentos ecológicos, sindicatos mais democráticos, internacionalizados e baseados na comunidade e, ainda, organizações políticas das classes trabalhadoras que consigam de modo uno confrontar a dominação política do capitalismo.